

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.133 - RJ (2019/0343337-1)**

**RELATOR** : MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
**RECORRENTE** : MUNICÍPIO DE MAGÉ  
**ADVOGADO** : PAULO VINICIUS MOTTA DE GOMES TOSTES - RJ138382  
**RECORRIDO** : MARIA GUIOMAR CARVALHO BRAGA  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **Município de Magé**, com base no art. 105, III, *a*, da CF, em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 38):

*DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO DÉBITO TRIBUTÁRIO OCORRIDA EM JANEIRO DOS EXERCÍCIOS DE 2005, 2006, 2007 E 2008. AÇÃO PROPOSTA EM DEZEMBRO DE 2009, QUANDO FOI INTERROMPIDA A PRESCRIÇÃO. EDILIDADE QUE FOI INTIMADA A APRESENTAR O ENDEREÇO CORRETO DO EXECUTADO E QUEDOU-SE INERTE. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DO EXECUTADO NO PRAZO LEGAL. VISTAS DOS AUTOS AO EXEQUENTE, ANTERIOR À SENTENÇA, QUE CUMPRE DETERMINAÇÃO DO ARTIGO 487, § ÚNICO DO NCPC, ASSIM COMO O ARTIGO 25 DA LEF. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 106 DO STJ. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO QUE É MANTIDO. DESPROVIMENTO DO APELO.*

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta ofensa aos arts. 9º e 10º do CPC/2015. Sustenta, em síntese, que: (I) *"O Município ajuizou execução fiscal em desfavor do executado, cobrando os débitos de IPTU referente ao ano 2005 a 2008 dentro do prazo prescricional em 2009, [...]. Contudo, foi somente em 11/2013 que o cartório procedeu com o devido movimento processual, certificando que foi despachado pelo magistrado o "Cite-se" e procedendo com os trâmites para expedição do respectivo mandado de citação, extraído em 11/2013. Nesse interregno esteve, por culpa exclusiva do juízo, parado o processo, necessitando tão somente da confecção do mandado de citação para prosseguimento. Apesar disso, a sentença de primeira instância julgou extinto o processo ao reconhecer a prescrição intercorrente,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*transferindo a culpa pela morosidade do judiciário ao próprio exequente." (fls. 47/48); e que (II) "A sentença que reconheceu a prescrição, [...], deixou de respeitar os artigos 9º e 10º do NOVO CPC, que determina que não se proferirá decisão contra umas das partes sem que ela seja previamente ouvida, sendo assim, não poderia o Juízo a quo, com base em fundamento a respeito do qual não tenha dado às partes a oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício, sentenciar como o fez." (fl. 48).*

## **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

A irresignação não merece prosperar.

No que se refere à alegação do ora recorrente de que fora prejudicado, em razão do reconhecimento da prescrição, por inércia processual à qual não deu causa, cumpre observar que a parte recorrente não amparou o inconformismo na violação de qualquer lei federal. Destarte, a ausência de indicação do dispositivo legal tido por violado implica deficiência de fundamentação do recurso especial, atraindo a incidência da Súmula 284/STF (*"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*). Nesse diapasão: **AgRg no AREsp 157.696/SC**, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 22/11/2012; **AgRg nos EDcl no Ag 1.289.685/RS**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 6/8/2010.

Além disso, consignou o Tribunal de origem à fl. 40 (grifos acrescidos):

*O que se verifica é que, embora a certidão de e-fls. 04 informe que o mandado de citação não poderia ser expedido por ausência de endereço completo, abertas vistas ao Município, este, em duas ocasiões, pugnou pela suspensão do feito, a primeira, por 210 dias, a fim de diligenciar através de processo administrativo a fim de dar continuidade ao feito (e-fls. 05) e a segunda, às e-fls. 07/08, para aguardar pagamento do crédito perseguido que havia sido parcelado.*

*Ainda que nenhum documento tenha sido apresentado a título de prova do referido parcelamento de dívida, decorrido o prazo da suspensão e abertas vistas ao Município, este pugnou pela citação por edital da executada,*

# Superior Tribunal de Justiça

*sem nenhuma justificativa de que havia tentado encontrar seu endereço correto, o que não lhe seria impossível, dado que todo município tem plenas condições de localizar o imóvel sobre o qual recai a cobrança de IPTU.*

*Verifica-se, portanto, que foi cumprida a exigência do artigo 487, § único, do NCPC, restando evidente a ocorrência da prescrição por ausência de citação no prazo legal, ou seja, ante a inércia da edilidade.*

Nesse contexto, alterar as conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

**ANTE O EXPOSTO**, não conheço do recurso.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator